

ÍNDICE

Nota prévia	11
I. Programa da cadeira e bibliografia	15
II. Exercícios práticos	39
1. Função administrativa, conceito e natureza do Direito Administrativo	39
2. Função administrativa, conceito e natureza do Direito Administrativo	39
3. Sistemas administrativos	40
4. Aplicação da lei no tempo, interpretação autêntica, interpretação por regulamento, interpretação por circular, distinção entre função judicial e função administrativa, interpretação do acto administrativo	41
5. Interpretação do Direito Administrativo, aplicação do Direito Administrativo no tempo, princípio da legalidade/princípio da competência, natureza e organização do Governo, poderes do Estado sobre as autarquias locais	42
6. Fontes do Direito Administrativo, aplicação do direito administrativo no tempo, princípio da legalidade	44
7. Interpretação autêntica e interpretação por circulares, poder de tutela sobre as autarquias locais, competência dos órgãos autárquicos, aplicação da lei no tempo, retroactividade de regulamentos administrativos	46
8. Sujeitos, órgãos e poderes: a delegação de poderes	48
9. Sujeitos, órgãos e poderes: a delegação de poderes	49
10. Poder de direcção, poder de superintendência, poder de tutela, competência do Governo, Administração directa, indirecta e autónoma, Instituições particulares de interesse público	50
11. Hierarquia administrativa, externa e interna, dever de obediência, poder de direcção, poder disciplinar, poder de supervisão, poder de substituição, direito de representação	

e relação entre a competência revogatória no âmbito de matérias da competência exclusiva do subalterno à luz dos artigos 142.º e 174.º do CPA	51
12. Sujeitos, órgãos e poderes: a delegação de poderes, organização e funcionamento de órgãos administrativos	51
13. Funcionamento de órgãos colegiais, regras especiais da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro	53
14. Administração estadual indirecta; delegação de poderes, tutela, superintendência, hierarquia administrativa, funcionamento de órgãos colegiais	54
15. Autonomia pública da Administração, discricionariedade administrativa, margem de livre apreciação de conceitos indeterminados	56
16. Autonomia pública da Administração, discricionariedade administrativa, margem de livre apreciação de conceitos indeterminados	57
17. Dever de decisão, discricionariedade de decisão, conceitos tipo, garantias de imparcialidade, quorum, erro sobre os pressupostos de facto, erro manifesto de valoração, usurpação de poderes, princípio da imparcialidade, princípio da igualdade, princípio da boa fé, direitos fundamentais, meios graciosos de garantia dos particulares	58
18. Competência, poder discricionário e conceitos tipo, princípio da boa fé, da igualdade, da imparcialidade, impedimentos, erro sobre os pressupostos de facto, erro manifesto de apreciação, desvio de poder, desvio de procedimento, controlo judicial da margem de autonomia pública administrativa	60
19. Procedimento administrativo: legitimidade procedimental: direito subjectivo, interesse legalmente protegido, interesses simples ou de facto, interesses difusos, interesses semi-diferenciados	62
20. Procedimento administrativo: iniciativa e instrução	63
21. Procedimento administrativo: direito de audiência prévia dos interessados	64
22. Procedimento administrativo: direito de audiência prévia dos interessados	65

Índice

23. Procedimento administrativo: direito de audiência prévia dos interessados	65
24. Procedimento administrativo: o dever de fundamentação expressa	65
25. Conceito, tipos e classificações de actos administrativos	66
26. Princípio da legalidade, poderes administrativos, validade e invalidade do acto administrativo	67
27. Validade e invalidade do acto administrativo	69
28. Validade e invalidade do acto administrativo	69
29. Dever de decisão, acto tácito, revogação, suspensão, modificação, rectificação e singular ratificação do acto administrativo	71
30. Revogação do acto administrativo	72
31. Violação do dever de decisão, garantias dos particulares	73
32. Contencioso administrativo	73
III. Testes de subturma	79
IV. Exames finais	95
V. Jurisprudência	121
[1]	
Acórdão de 1 de Julho de 2003	
INAC. Administração indirecta. Tutela inspectiva. Superintendência.	
Recomendação. Rejeição do recurso	121
[2]	
Acórdão de 13 de Março de 1997	
Interpretação do acto administrativo	131
[3]	
Acórdão de 17 Março de 1998	
Delegação de poderes. Notificação. Recurso hierárquico. Dever legal de decidir	143
[4]	
Acórdão de 17 de Dezembro de 2003	
Transferência de farmácias. Poder vinculado. Poder discricionário.	
Princípio da legalidade	151

[5]

Acórdão de 21 de Janeiro de 1997

Recuperação do vencimento de exercício perdido. Poder discricionário. Limites da autovinculação 171

[6]

Acórdão de 24 Outubro de 2002

Autorização de residência. Poder discricionário. Conceitos de “interesse nacional” e “razões humanitárias”. Princípio de igualdade 179

[7]

Acórdão de 2 de Julho de 2002

Regulamento. Administração local. Audiência dos interessados. Apreciação pública 185

[8]

Acórdão de 9 Dezembro de 1998

Acto administrativo. Revogação 193

[9]

Acórdão de 6 de Fevereiro de 2001

Expropriações. Usurpação de poder. Desvio de poder. Erro sobre os pressupostos. Princípio da separação dos poderes. Ocupação do terreno pelo expropriante (via de facto). Litígio judicial. Reclamação do proprietário nos termos do artigo 14.º do C.E. Nulidade da autorização para a posse administrativa (acto absurdo ou de objecto impossível). Princípio da intangibilidade da obra pública 201

[10]

Acórdão de 22 de Maio de 2003

Vício de forma por falta de fundamentação. 1.ª Secção do Supremo Tribunal Administrativo 223

[11]

Acórdão de 19 de Fevereiro de 1997

Pena de suspensão. Cessação da comissão de serviço. Pena acessória. Fundamentação do acto administrativo. Fundamentação *per relationem*. Notificação do acto administrativo. Eficácia do acto administrativo 229

[12]

Acórdão de 15 Março de 2001

Inspecção judicial. Vício de forma por falta de fundamentação e violação de lei. Princípios de justiça, proporcionalidade e adequação 239

[13]

Acórdão de 17 Maio de 2001

Audiência prévia do interessado. Inexistência da audiência. Decisão urgente 251

[14]

Acórdão de 27 Maio de 2003

Regime cinegético especial. Usurpação de poder. Direito de audiência. Legalidade. Igualdade. Proporcionalidade. Imparcialidade. Boa-fé. 265

[15]

Acórdão de 19 de Janeiro de 1989

Expropriação por utilidade pública – Princípio da proporcionalidade e necessidade. Recurso Contencioso – Legitimidade Activa – Nulidade do Acto. Carência Absoluta de Forma Legal – Falta de Fundamentação. Ininteligibilidade da Publicação – Tempetividade do recurso – Ónus da Prova. Violação de Lei. Princípio do Aproveitamento dos Actos Administrativos Vinculados 283

[16]

Acórdão de 30 de Outubro de 2003

Personalidade judiciária. Estabelecimento de ensino. Princípios de tutela jurisdicional efectiva *pro actione* e cooperação. Princípio da auto-responsabilidade das partes 309